

TEMAS EM DEBATE

À guisa de um comentário, no seminário de tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco

(Tema da 1ª Reunião Ordinária: A Ecologia Atlântico-Tropical do Recife, Projetada nos seus Característicos e Projetável nos seus Planejamentos Urbanos).

Telmo Maciel

Não aceitaria, por hipótese alguma, a condição de Expositor de um Tema dessa natureza. Creio que seria, de minha parte, assumir uma posição mais que audaciosa. Agora, comentar um trabalho feito por Especialista, do nível intelectual do Prof. Antonio da Rocha Penteado, da Universidade de São Paulo, e isto, em companhia do Geógrafo-Tropicologista Mário Lacerda de Melo, pareceu-me uma tarefa viável. Afinal de contas, tendo uma noção do que seja Ecologia, e, Engenheiro, de certo modo desligado do Planejamento de Espaços, na minha formação, não descuidei de obter algum preparo nesta área, pelo menos, no quanto ela convoca conhecimentos, por exemplo, de Pesquisa Operacional.

Apresento-me à Reunião como um «discípulo», aplicado, que vem dizer do que até aqui aprendeu, em algumas Reuniões a que compareceu, e, através das leituras que fez de algumas Conferências publicadas.

Embora na condição de Comentarista ocorre-me que não tenho em mãos o texto da Conferência (o Conferencista acaba de declarar que não teve tempo de redigi-lo).

Venho, fazendo uso de linguagem de estudante, dar conta do que li em «algumas apostilas», sem ter, hoje, um contacto prévio com «o ponto da aula a ser ministrada».

Farei inúmeras citações, umas ao pé da letra, outras, procurando sintetizar ensinamentos de Mestres.

Dedicando-me ao Planejamento Técnico-Econômico, na minha posição de quem faz Estatística, para Engenharia e para Economia, tive o cuidado de inserir no âmbito de minha formação, a aquisição de conhecimentos, ainda que modestos, sobre Urbanismo, no sentido mais amplo, ou seja, enquanto tem por objetivo organizar o Espaço Urbano, melhor direi, o Espaço «Rurbano», no sentido de que — conforme aprendi: sejam «crescentes as probabilidades de que os grupos sociais que compõem uma população possam se desenvolver, da forma a mais equilibrada possível, humana e socialmente falando», segundo notas de aulas que assisti, do Prof. Antonio Baltar, o que inclui, até, «o exercício da atividade política, entendida como ciência, arte e virtude do Bem Comum». Vê-se, desde logo, que sempre entendi o Urbanismo como extrapolando os limites da Geografia física de uma cidade, para envolver uma Região geo-econômica e sócio-cultural — parte integrante de sua própria vida. Não se pode pensar em cidade (como Recife) e em Região (como o Nordeste), sem pensar em suas relações de interdependência. Nada disso apaga a preocupação fundamental do Urbanista, com as quatro funções clássicas: habitar, trabalhar, recrear o corpo e o espírito e circular — entre estas o habitar sendo o centro das maiores cogitações; numa espécie de referência indispensável às demais.

Pretendendo-se, no contexto do Tema dessa Reunião, focalizar, de algum modo, questões ligadas ao Planejamento Urbano da minha cidade natalina (segundo Tadeu Rocha: ancoradouro de Olinda, por volta de 1536, passando a cidade em 1823 e quatro anos mais tarde, elevada, de Direto, a Capital da então Província de Pernambuco), julguei que não seria de todo despropositado aceitar a missão de Comentador. Mesmo porque, isto me dá a oportunidade de, no ano em que se comemora os 150 anos do Recife como Capital, manifestar minhas opiniões sobre a cidade e suas características mais projetáveis, como Metrópole Regional, numa Área, que ocupa em números redondos: um quinto do Território Nacional e onde habita quase um terço de sua população, dispondo de uma renda «per capita» da ordem de metade da renda «per capita» do País.

Falar do Recife, aliás, me toca muito de perto (permitam-me o gracejo), porque Recife foi, em suas origens o ancoradouro de um grupo de pescadores que aportavam em torno da chamada Ermida de São Pedro — este logradouro, por sua vez, uma expansão do povoado nascido ao redor da capelinha de São Telmo! — assim há quase um Onomástico na recordação. Essas referências, sobre as origens dessa «cidade (digamos assim) ao nível do mar» (daí a brisa com que sempre contamos) — que nasceu avistando os rochedos dos «arrecifes», estão no livro de um Escritor que cabe ser lembrado neste Seminário, o velhinho, já falecido, de há muito, o Prof. Mário Sette.

No seu livro «Arruar» (História Pitoresca do Recife Antigo), Mário Sette descreve carinhosamente, a evolução da cidade, que, como ele diz, «começa ao Norte, com uma exclamação de gabo — *Olinda!*, e acaba, ao Sul, com um voto cordial, muito de sua gente — *Boa Viagem!*»

Trata-se, como se vê, de uma cidade que não morrerá nunca — malgrado, inclusive, as calamidades de cheias que a mim têm feito passar, já por cinco vezes sucessivas, alguns momentos em posições circenses. Esta perenidade está assegurada ao Recife, porque foi construída em torno de uma Igreja de São Pedro (a invocação era, de fato, a São Frei Pedro Gonçalves) e, conseqüentemente, erguida sobre Pedra. Deixando de lado o sentido Edafológico (de estudos de solos) muito ao gosto dos geógrafos (e nestes termos sabemos que o «aterro» é a nossa «formação», e estamos, em grande parte, sobre «mangues»); parodiando o «teológico», ou se quiserem, em sentido poético: sendo a Cidade erguida sobre Pedra — nada prevalecerá contra ela.

Resta, apenas, que os Urbanistas saibam defendê-la, atentos ao comportamento de seu bravo Capibaribe, que ainda não se cansou de alertá-los, com certa veemência aliás, quanto aos descuidos a propósito de assoreamento, de largura de suas pontes, de retificação da calha de seus braços de rios; clamando até (numa espécie de atitude de auto-limitação a seus impulsos) por um sistema de barragens que, injustificavelmente, se providencia, uma a uma, ao compasso de ocorrências calamitosas.

A minha ousadia em aceitar ser o Comentarista desta primeira Reunião Ordinária do Seminário de Tropicologia em 1977, se apoia, como já mencionei, no fato de não haver eu descurado, na minha formação de Engenheiro, de um certo contacto com os problemas ligados àquilo que os franceses chamam «Aménagement des Territoires», contactos que fiz, primeiro em Recife e mais adiante, ampliei, na própria França.

Preparando-me para esta Reunião, conscientizei, aliás, como se apresenta indispensável, a quem quer que venha a participar deste Seminário de Tropicologia, ter em mãos a coletânea de suas Publicações, que a Reitoria vem se esforçando, cada vez, com mais empenho, no sentido de colocar em dia.

Para mim, no contexto do Tema em pauta, sobre muita coisa se poderá discorrer, com validade, se identificarmos, simplesmente, ao menos por aproximação, o «Domínio Tropical» com o «Terceiro Mundo». Aceita a proposição, não tenho dúvidas de que poderia ir até um pouco mais adiante do que o presumível, à primeira vista, por quanto poderia comentar trabalhos e conclusões do Colóquio de Paris (1963) sobre «Recherche Operationnelle et Problemes du Tiers-Monde». Também não têm faltado contribuições da Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, e eu citaria, até, trabalhos de um conterrâneo do Prof. Rocha Penteado. Refiro-me, por exemplo, aos trabalhos de Pesquisa Operacional do Professor, Engenheiro Naval, pela Universidade de São Paulo e com cursos no M.I.T. (Massachusetts Institute of Technology), particularmente, sobre transportes marítimos - Prof. Antonio Galvão Novaes.

Tenho consciência porém de que a noção de Tropicalidade envolve profunda especulação conceitual.

Sobre o Conceito de Tropicalidade

Conscientizei, pela leitura dos Anais, até agora publicados, que até certa altura do desenrolar deste Seminário permanente, onde se aborda de tudo (literatura, energia solar, desportos, farmacopéia, música, pesca, sexo, profilaxia, pintura, jardim, lazer, traje, indústria, etc.), o termo Tropical pareceu às vezes

surgir (lembrando o Prof. Gilberto Osório de Andrade em certa Reunião), como a pedra colocada na sopa do soldado, da qual se reclamava ser apenas d'água. É que muitas vezes o Tropical funcionou apenas, como um «cerne», como um «pião» em torno do qual se desenvolveram temas vários, interessantes e oportunos.

A leitura dos primeiros Anais dá a impressão de uma idéia que estava em evolução, vivenciada por um Seminário que só o espírito pioneiro do escritor Gilberto Freyre poderia implantar e manter em continuidade.

O que se teria de esperar era uma evolução gradativa, uma, como que, formação de conceito. Daí porque o meu eminente amigo (meu professor não só de História, no Ginásio, mas de Geofísica, no curso Pré-Engenharia), o meu prezado Prof. Gilberto Osório de Andrade, tantas vezes perguntou, seguido de outros Seminaristas, como o Prof. Bezerra Coutinho, por exemplo: «Afinal de contas o que é que se está entendendo aqui, por Tropicologia ou por Tropicalidade?»

Mas, a partir de memorável reunião sob o tema «Domínio Tropical - Dimensão e Conceito Ecológico-Geográfico de Tropicalidade» (IX Reunião-1968), a coisa mudou. O Conferencista foi o Prof. Gilberto Osório de Andrade e um dos Comentaristas, foi, por sinal, o eminente Geógrafo Prof. Antonio da Rocha Penteado.

Lamentavelmente, lá não estava o Prof. Mário Lacerda de Melo, mas nela foi citado, por conta de suas sugestões em outra Conferência memorável, realizada, mais no passado, sob o título: «Modernos Estudos Geográficos de Trópicos» (4ª Reunião de ano anterior).

A partir de então, as idéias se assentaram melhor.

Para a conceituação de Tropicalidade a Conferência de Gilberto Osório foi de tal modo marcante que houve quem declarasse, como o Prof. Bezerra Coutinho, que uma Conferência como a proferida, deveria ter sido aquela por onde deveriam ter começado os Seminários de Tropicologia, porque, precisamente,

aí é que foi atacado, com mais profundidade, o conceito de Trópico, e foi dito, mais claramente, o que se deve entender por Tropicalidade.

Julguei, portanto, indispensável me preparar para esta Reunião, lendo cuidadosamente a citada Conferência. Só assim, pensei eu, poderia vir a entender, bem, tudo quanto se abordaria sob o Tema da Conferência de hoje (Planejamentos Urbanos, pensando em Recife, dentro de um contexto Ecológico-Atlântico-Tropical).

Como me faltasse, até a última hora, o texto do Conferencista, ansiosamente aguardado, fui recordar o que naquela Conferência fora dito, porquanto, como disse o Mestre Gilberto Freyre, naquela mesma Reunião: «não há acordo oficial estabelecido em qualquer centro Acadêmico, em torno do que se possa conceber, precisamente, por 'espaço tropical', por 'Trópicos', de tal modo que facilite uma unificação de estudos dispersos sobre 'assuntos tropicais', 'quase tropicais' e até mesmo 'para-tropicais'. Segundo seus esclarecimentos, há apenas o aspecto físico, transbordando dele o sócio-cultural, com manifestações 'para-tropicais', sob novas perspectivas do homem, da sociedade, em ambientes tropicais diversos, vários e diferentes. Chegou ele a dizer, estamos diante de uma espécie de 'gestalt geográfica'».

Há uma procura de «caráter total» ou «gestaltiana» de uma região, através da consideração de vários componentes: elementos humanos, sócio-culturais, afetando aquilo que é apenas físico. Identificando o fisicamente ecológico, se acrescentariam traços sócio-culturais: projeções da presença humana, permitindo um transbordamento do trópico no sub-trópico ou melhor, dos trópicos nos sub-trópicos, de tudo resultando a Tropicalização de áreas não puramente tropicais em sua Ecologia física.

Com relação ao Brasil, acentuou ele, isto é o que vem acontecendo com o extremo sul não tropical — na medida em que para lá se estendem formas de comportamento características do Brasil Tropical, propriamente dito.

Todas essas considerações de Gilberto Freyre, foram feitas quando o outro Gilberto, o Prof. Gilberto Osório de Andrade,

apresentou a sua tentativa de conceituação Ecológico-Geográfica de Tropicalidade, dizendo apoiar-se, necessariamente, numa trama de conhecimentos reinda, conduzindo mesmo a perplexidades nunca decifradas.

Naquela Conferência, Gilberto Osório chamou atenção de **que: quem quer que adjetive de Tropical alguma coisa, relacionada com a presença no destino do homem nesse mundo, estará se reportando, necessariamente, a dimensões de um espaço material concreto.** Ora, uma afirmação destas me parece premissa essencial a uma reflexão sobre o Tema: «A Ecologia Atlântico-Tropical do Recife, Projetada nos seus Característicos e Projetável nos seus Planejamentos Urbanos», sobretudo quando se **propõe a aceitar comentá-lo, um modesto Engenheiro que, sabe, apenas, digamos assim, o que se entende por Ecologia; que, em matéria de Urbanismos se considera um amador, e, em assunto de Tropicologia tem sido tão somente um espectador agora promovido à condição de Seminarista.**

O espaço material concreto, de que falava Gilberto Osório de Andrade, apresenta-se aliás, nas suas afirmações, «crescentemente desnaturado pela técnica e sobretudo pelo fenômeno urbano» — e foi sobre Planejamento Urbano (claro que no sentido o mais amplo possível) que se veio falar nesta Conferência (com referências à Ecologia-Atlântico-Tropical).

Foi dito também, naquela Reunião, e isto muito me convém recordar, que existe uma certa adequação entre Trópico e Terceiro Mundo.

Como entrar, eu, no Tema da Conferência de hoje sem uma razoável destreza no trato com o conceito de Tropicalidade? A aventura me pareceu viável se aceitarmos esta adequação, ainda que sumária, entre Trópico e Terceiro Mundo.

O Prof. Gilberto Osório de Andrade, admitiu na Conferência que estou recordando, que o «domínio tropical» e «quase-tropical» «apresenta-se contido, praticamente inteiro, no cartograma do Terceiro Mundo» e acrescentou: «conotando-se especialmente do ponto de vista da nosologia geográfica, por sín-

dromes de agressão biológica e síndromes de carência. Tudo se passando como se um «clima social» se apresentasse mais adequado a um clima físico-biológico. Exatamente porque o Mundo Tropical não pode ser delimitado como uma zona de latitudes, sendo uma superfície geográfica com contornos sinuosos, é que cabe bem a justaposição entre Mundo Tropical e Tiers Monde — mesmo porque o trópico não é singular, é plural, não há trópico e sim trópicos, com uma comum tropicalidade; segundo pude depreender de minhas leituras dos Anais publicados.

Depois de tais leituras me senti mais encorajado a uma participação mais intensiva na Reunião de hoje.

Justificando uma posição

Tendo começado a minha vida de professor universitário como Assistente do Prof. Antonio Bezerra Baltar, na Disciplina «Estatística e Economia», na tradicional Escola de Engenharia de Pernambuco e sendo o, sempre muito prezado, Prof. Baltar, o nosso maior perito em Urbanismo — no sentido o mais amplo da expressão — motivei, àquela época, um pequeno grupo de colegas para obter a aquiescência do Mestre amigo, em ministrar um pequeno curso intensivo sobre Matéria extra-curricular, de que ainda hoje guardo notas (naquele tempo não se falava ainda em Cursos de Extensão na UFPE).

Mais ou menos à mesma época, vim a conhecer o movimento de Economia & Humanismo, dirigido pelo Pe. Joseph Lebreton (meu primeiro contacto se deu, através de uma série de conferências: — promoção acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, por iniciativa de um estudante, por sinal, um irmão meu, o Prof. Carlos Maciel).

O grupo de Economia & Humanismo (que teve, inclusive, no Prof. Antonio Bezerra Baltar uma das figuras mais representativas, entre os que no Brasil, particularmente em Recife e São Paulo, tomaram contacto e até conviveram — com intimidade, como no caso de Baltar — com aquele grande dominicano) exerceu considerável influência entre os que se preocupavam com planejamento sócio-econômico de caráter regional.

Grande, realmente, foi a influência daquele religioso-pesquisador que começou a vida com experiências Oceanográficas, como aqui mesmo, neste Seminário de Tropicologia, lembrou o Almirante Paulo Moreira da Silva — Experiências de homem de Mar e de Portos que o levou a escrever, inclusive, aquele livro intitulado «Os Doqueiros de Marselha». Aqui, ocorre-me registrar que o Sr. Cônsul da França, M. Le Paudert, vem pensando em fazer de Marselha «cidade irmã» do Recife (como, «irmã» nossa, é a Geórgia, com relação aos americanos).

Os meus contactos com Economia & Humanismo me fizeram mais atraído pelos problemas de Planejamento Regional.

Logo depois tive a oportunidade de um estágio no Instituto de Estatística da Universidade de Paris, e, em companhia de meu irmão — o nosso atual Reitor — que para Paris também fora, a convite do Professor George Gurvitch (por intermédio do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais) resolvemos freqüentar, também, ao lado de cursos Regulares, ele de Economia e eu de Estatística, Cursos de Extensão, de certo interesse para nossas expectativas, na Escola Prática de Altos Estudos da Sorbonne. Assim é que segui, como simples ouvinte, um curso do Professor François Rouge sobre «Geonomie» ou mais descritivamente de «l'Organisation de l'Espace», onde aprendi, por exemplo, um princípio que cabe evocar aqui: — «Diante do Espaço, no contexto geonômico do termo, a oferta é sempre de essência geográfica e a procura é de essência econômica, ou mais propriamente, sócio-econômica».

Estão aqui pois declaradas, até com excesso de detalhes, as minhas modestas bases para o tratamento de qualquer tema que se reporte ao Planejamento Urbano.

Digressões adicionais sobre conhecimentos de base

Talvez seja oportuno mencionar que chegamos mesmo, Paulo e eu, a fazer um pequeno Estágio-retiro, em La Tourerte (Lyon), com a equipe de «Estado Maior» de Economia & Humanismo, abordando a problemática do chamado Tiers Monde.

Ainda como uma espécie de curiosidade que, no meu caso particular, correu um pouco por conta de minha preocupação de fazer, o quanto possível, de minha modesta competência, neste ou naquele setor, uma «dimensão de caridade» — no sentido cristão do termo, visitei, em companhia de Paulo, a obra do então, internacionalmente, conhecidíssimo Abbe Pierre, com a sua experiência em torno do «Drama da Habitação Popular». Isto nos levou a conhecer Emáus, ou mais detalhadamente o que se chamou: «A aventura dos trapeiros de Emáus» — uma experiência francesa de construção de «Cidades de Emergência», para resolver a situação dos sem teto. Para resolver a situação de e casais, que em França, naquela época, viam os seus filhos conviverem, em plena Paris, na mais absoluta promiscuidade, de tal modo que, se impunham construções, por precárias que fossem, que possibilitassem, ao menos, ao casal a íntima convivência. (A Obra fôra iniciada com um clamor radiofônico, quando de um dos invernos mais fortes de Paris).

O que poderíamos ter visto aqui, tão de perto, fomos ver na França, em plena Paris, porém se fixou de tal modo em minha mente que ainda hoje tenho um ponto de vista firmado sobre Planejamento Urbano: — Não concebo, ainda hoje, em Recife, nada, em matéria de Planejamento Urbano, que não comece pelo ataque sistemático e com profundidade, ao problema da habitação popular.

Uma perspectiva sobre planejamento entre nós

Acabo de enfatizar as minhas maiores preocupações com o problema da habitação popular, que para mim é central no Planejamento Urbano de uma cidade como Recife.

Creio caber aqui a sugestão de uma Reunião do Seminário de Tropicologia, sob o Tema: «Trópico e Habitação Popular no Nordeste».

A precariedade e a escassez da habitação popular está aí, visível entre nós — mesmo depois que se implantou no Brasil

o conhecido Banco Nacional de Habitação (apoiado no Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) com seu respeitabilíssimo programa habitacional — com extraordinária função de reativador da economia nacional, através do setor da Construção Civil, não tem atingido, de fato, a classe mais humilde.

O certo é que, a casa de «Mutirão», hipersintética (quase de só dois ou três aposentos mínimos e uma fossa cética) é coisa de que parece só nos lembramos — e para logo depois esquecer — quando pensamos em alojar a chamada população marginal da beira-rio, após as enchentes.

Recordemos, por oportuno, a construção desta grande obra que se chama «o Complexo de Salgadinho», ligando, com muita beleza, o Recife a Olinda — Só quando já praticamente acabada a 'Obra' depois de longos sofrimentos dos «marginais», transferidos da área para «abrigos», é que se providenciou uma localização verdadeiramente habitacional para eles.

Sabemos como é grave este problema de habitação popular numa cidade que, de há muito, não cresce, «incha», em expressão feliz do Mestre Gilberto Freyre.

São numerosíssimos os bairros populares, de enorme densidade demográfica, concentrados, sobretudo, ao noroeste da cidade, e sempre se pensou; mas nunca se levou adiante, a idéia da execução de uma «Cidade Popular Modelo», onde a habitação popular tivesse um tratamento adequado, sob o aspecto de higiene, num tipo de habitação original, de características tropicais. Isto foi, aliás, motivo de insistentes referências do Pe. Lebrez em Recife, que sempre se lembrava de citar Gilberto Freyre, quando recomendava: não se pensasse na transformação dos bairros populares espontâneos em «habitat» do tipo europeu, e sim no melhoramento do «habitat» nativo. (Recentemente, fiquei sabendo que existem até estudos de um Arquiteto de nossa Universidade — o Prof. Armando Holanda — sobre utilização de materiais locais, para habitação popular).

Algumas extensões e propósitos de planejamento regional

Fôssemos nos estender sobre o Planejamento Regional, ligado ao Recife e falaríamos de «cinturão verde», de «cidades barragens», em torno da Metrópole. Nessas cidades, aliás, não creio muito. Não só Recife mas outras capitais nordestinas têm hoje as suas «brasílias teimosas». Sou mais pelo surgimento, no Nordeste ou mais ao Norte, de uma como que «outra Brasília» — de localização a ser estudada.

Onde estariam, senão «inchando» a Guanabara, os hoje quase um milhão de habitantes de Brasília? Sobre a Novacap, gostaria de endossar interessante reflexão de um Economista amigo, o Professor João Paulo Magalhães. Brasília comprovou como «em países subdesenvolvidos a criação propositada de desequilíbrios (economicamente irracionais — como foi a desequilibradora instalação de Brasília) constitui a melhor forma de provocar reações reequilibradoras, altamente positivas». Mas que não esqueçamos, ao pensar «noura Brasília», localizada no Nordeste ou mais ao Norte, do que disse Gilberto Freyre sobre a Novacap: «uma cidade bonita, empolgante, esplendorosa, de bom clima, etc., mas sem o fator de humanização que lhe dariam os sociólogos e antropólogos, mostrando o homem como ele é, ou inter-atuando-se, entre si».

Certamente, pensando em Pernambuco, minhas reflexões sobre Planejamento Regional não deixariam escapar considerações sobre o que entendo por aproveitamento do «Vale do Capibaribe» — no contexto de uma Reforma Agrária para o nosso Estado. Porque Reforma Agrária não deve ser tabu e se em certas áreas, como no Centro-Oeste e no Norte do Brasil, subentendendo distribuição fundiária, em nome da própria livre iniciativa, em outras áreas vem a ser aproveitamento de vales, irrigação, etc.

Quem sabe, que soluções originais poderiam decorrer da empreitada? Recorde-se que, nesta Região, um Delmiro Gouveia implantou, pioneiramente, uma hidroelétrica no São Francisco, em local que depois seria considerado o mais indicado e foi até, hidrologicamente, estudado pelo falecido, velho Professor desta

Universidade, o respeitável Engenheiro Antonio de Moraes Rêgo. Depois, a grande Obra Hidroelétrica de Paulo Afonso receberia, quando dos trabalhos iniciais da implantação da CHESF, contribuição técnica, originalíssima, como a conhecida solução do «casco de navio», do Engenheiro Marcondes Ferraz, deixando de lado sugestões internacionais, vindas até de Grenoble.

Hoje, do que mais se fala, entre nós, é do Porto de SUAPE, a ser implantado numa área de características idênticas àquela onde, no passado, foi implantado o Porto do Recife. Gilberto Osório, em uma palestra, realizada no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, chegou a detalhes num confronto, não só sobre o aspecto paisagístico, mas em termos de identificação, de maior profundidade, sobre aspectos ecológico-geográficos, entre aquela reentrância, avistável do Cabo de Santo Agostinho, e a enseada que fôra vista de Olinda, com o maior interesse, pelos Holandeses.

Recordando experiências do passado

Comentando Planejamento Urbanístico, no sentido amplo de uma Região que tem Recife como Metrópole, cabe sempre recordar a prestação de serviços do Pe. Lebrete à CODEPE. Há mais de vinte anos atrás, o saudoso pesquisador, cuja memória reverenciamos, assessorado pelo Prof. Baltar, realizou um trabalho de que resultou um «Estudo sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias interessando a Pernambuco e ao Nordeste». Nesta publicação se encontram ricas sugestões que ainda hoje são válidas para o desenvolvimento econômico do Estado e da Região, havendo, também, alguma coisa extremamente útil, sobre urbanização do Recife. Seria de certo modo interessante que retomássemos este «Estudo» porque, como uma vez foi lembrado, aqui, neste Seminário de Tropicologia, pelo Engenheiro Arlindo Pontual: «em nossos setores técnicos de Engenharia, etc., é espantoso como às vezes são abandonados, de repente, sem maiores explicações, certas pesquisas, certos trabalhos, muito bem encaminhados e da maior valia».

Qualquer tentativa de dotar Recife de um bom Plano Diretor, de oferecer à Região Nordeste uma diretriz de Planeja-

mento «projetável em suas características» para outros pontos do «domínio tropical», «sub-tropical» ou «para-tropical», não pode desprezar uma retomada do velho trabalho do Pe. Joseph Lebre.

Pessoalmente, tive uma experiência que me conduziu a exercitar os meus parcos conhecimentos e a assimilar melhor as perspectivas que me foram insinuadas no meu aprendizado aqui e em França. Isto ocorreu quando, a convite do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, fui levado a fazer (contando aliás com a valiosa colaboração do companheiro e amigo Prof. Antonio Carolino Gonçalves, que teve, diga-se de passagem, excelente participação numa das Reuniões deste Seminário que tratou de Demografia e Trópico), uma pesquisa de que resultou, muito antes das agitações camponesas em nosso meio, um trabalho publicado em 1963, sob o título: «Nível de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco».

Optando — com alguma indecisão — sobre o meu desempenho

Todas essas considerações, já um pouco longas, e até pouco simpáticas porque falando um tanto de meu próprio desempenho, pretendem justificar a temeridade em que incorri ao tentar uma abordagem do Tema da Reunião de hoje, na qual seria um mero Comentador se me tivesse chegado às mãos, a Conferência do ilustre Professor Antonio da Rocha Penteado.

Por motivos alheios à minha vontade, fiquei, de uma hora para outra, um tanto livre de um peso maior, que me caía sobre os ombros e então julguei, a princípio, que seria cabível a minha participação, neste Seminário, apenas como um debatedor que fizesse indagações, sobre o que lhe fosse possível perceber por ocasião da leitura do documento pelo Conferencista (a «zaga» de Comentadores, não ficaria prejudicada pelo meu «jogo retraído», o outro Comentador sendo o Geógrafo-tropicologista Mário Lacerda de Melo). Mas pensei, também, por outro lado, que talvez me fosse dada a incumbência de me estender um pouco mais, no uso do tempo disponível, para a abordagem do Tema.

Tomando, o conceito de «domínio tropical» como ajustável, ainda que «a grosso modo», à noção de Terceiro Mundo, me aventurei, então, a redigir a exposição que vem tomando até agora a atenção dos presentes.

Se posso dizer como Simonal, «Moro num País tropical, abençoado por Deus», também posso dizer que moro numa cidade sofrida na qual têm havido ocorrências que agravam a sua situação de cidade «inchada», como Metrópole Regional de uma Área subdesenvolvida.

Vi abrir-se, de repente, para mim, uma fresta para tocar, de leve, num tema em que me sinto um pouco à vontade. É que Recife e a Região onde se insere, como Metrópole Regional, pode oferecer exemplos a «regiões tropicais», «sub-tropicais» e «para-tropicais», não apenas para apresentar problemas angustiantes, mas, também, enquanto se empenha em soluções que considerem realmente o homem — o cidadão — como o que há de mais importante no seu contexto ecológico-tropical. Sim, porque, ao menos, aqui funciona um Seminário de Tropicologia com tão sadias intenções.

Neste Seminário se podem ventilar idéias em favor de um Planejamento Urbano que se coloque frontalmente disposto a superar a «miséria» — algo tão diferente da pobreza. Vi de perto a miséria em Paris — do «clochard», que dorme sobre a valeta do Metrô, para aquecer-se, mas há uma «miséria tropical», que pode até tirar proveito de uma certa simplificação de vestuário. De Planejamento Urbano deste gênero carece o Terceiro Mundo, ajustado à noção de «domínio tropical».

Estados e Nações cujos territórios se encontram total ou parcialmente dentro do «domínio tropical» são objeto de estudos especiais, até de Política Internacional, como já se fez aqui neste Seminário.

O Terceiro Mundo encontra-se em processo de desenvolvimento; muito cioso do princípio de auto-determinação; nos aspectos externos e internos, para garantir sua posição de Estado Soberano; e muito cioso, acentuo, do princípio da não-intervenção, que, afinal de contas, é o princípio universal de paz e convivência internacional.

E ainda: embora não haja continuidade geográfica no Terceiro Mundo há certa identificação, por haver interesses comuns e, apesar da heterogeneidade existente, há programas governamentais de desenvolvimento bem similares, exatamente, porque pretendem superar, rapidamente, a miséria — elevar níveis de vida excessivamente baixos.

Preocupados com programas de suprimento de energia (entre nós, não esquecer a energia solar), de ampliação de transportes, de implantação de indústrias de base, têm, por enquanto, os países do Terceiro Mundo, influência bastante reduzida nas decisões em escala internacional. Pesa muito, em tudo isto a política de Energia Nuclear. O Brasil, felizmente, até neste ponto, acaba de se afirmar. Começamos a ter posição de destaque, como potência emergente, e dentro em pouco, tenho grandes esperanças, teremos condições de liderança política, material e moral. Aí então, é que a Região Nordeste e sua Metrópole — o Recife, poderão projetar, para outras áreas do «domínio tropical», seus exemplos e suas perspectivas de Planejamento Urbano.

Mais alguns apoios de ordem conceitual diante do tema

Por via das dúvidas, e por uma questão de responsabilidade, procurei me dotar de certo preparo, sobre a noção de Tropicalidade para poder entrar em contato, de última hora, com a exposição do Conferencista.

Procurei conhecer melhor a conceituação ecológico-geográfica de Tropicalidade, numa primeira instância, para desenvolver as idéias que até aqui andei expondo. Mas para ousar ser Comentarista da Conferência do Prof. Rocha Penteado deveria insistir, um pouco mais, em reflexões sobre a noção de Tropicalidade, como já disse, exploradas, de modo o mais profundo, na IX Reunião — 1968 deste Seminário.

Gilberto Osório de Andrade mencionou na sua Conferência o conceito de «zona tropical» como uma cintura geometricamente compreendida entre dois círculos paralelos dispostos a

23° e 27' ao norte e ao sul do Equador — o «trópico matemático», ou mais simplesmente, uma superfície delimitada pelos trópicos de Câncer e de Capricórnio. A delimitação por tais círculos imaginários seria carente de fundamento (como naquela ocasião, na condição de Comentarista, lembrou o Professor Antonio da Rocha Penteado) quando se está pensando, realmente, no que se entende por «domínio tropical» (ou seja, em palavras de Gilberto Osório, no «mundo tropical», «como cenário étnico-social de costumes, práticas e interesses real ou presuntivamente condicionados por uma tropicalidade terá de se valer de «correlações» muito mais complicadas ou em outras palavras do Mestre, não será possível definição sumária e sim, o que se impõe, é um procedimento de aproximações sucessivas, de caráter esclarecedor de um conceito geral, não podendo ser enunciado à maneira de um teorema.

«Zonas tropicais» e «domínios tropicais» são coisas diferentes e exemplificam como pela simples menção de latitudes, se está longe de poder dar uma conotação correta de um Espaço geográfico-ecológico.

Não cabe aqui um sumário mais amplo da Conferência de Gilberto Osório sobre o conceito ecológico-geográfico de tropicalidade, onde ele menciona conceitos familiares aos Geógrafos, sobre os quais, para mim, leigo, seria uma árdua tarefa meditar. Conceitos como: «Descarga da Frente Polar Atlântica; das sistoles e diástoles anuais da Massa Equatorial Continental; de Oscilações anuais de Convergências Inter-tropical, etc. dão, bem, uma idéia de como seja complexa a especulação conceitual mais profunda de Tropicalidade.

A Conferência provocou interessantes debates e até evocações de Conferências anteriores, citando pronunciamentos como aquele do Professor Mário Lacerda de Melo que sugeriu a extensão de certas plantas cultivadas e combinações agrícolas, como um indicador de Tropicalidade, além dos «trópicos matemáticos».

Colhi alguma coisa no campo da Biologia: os fenômenos ecológicos básicos da simbiose (plantas que são exploradas) e do

comensalismo (plantas que trocam interesses) pareceram-me, enfoques interessantes, ao lado dos chamados manguezais, (das áreas onde se misturam águas dos rios e do mar).

Toda essa revisão conceitual se me apresentou essencial à apreciação da Conferência de hoje, aos cuidados do Prof. Rocha Penteado, mesmo porque o título da mesma chega a um detalhamento como o da referência a uma Ecologia-Atlântico-Tropical. Parece-me exatamente, porque o Atlântico Norte tem conotações geográficas diversas.

Eu indago pois, se não seria importante, preliminarmente, meditar um pouco sobre o sentido sob o qual essa palavra *Atlântico* está aí inserida. Há grande complexidade no Tema, podendo envolver até aspectos de natureza político-estratégica. Em termos de guerra, Recife já mostrou sua posição privilegiada (e também cobijada) como sentinela do Atlântico, do País e do Continente. Para ir mais adiante, basta ver a identificação estratégica da área do Atlântico Sul porque: se pretende, segundo percebi, ou ampliar o Tratado de OTAN (Organização do Atlântico Norte) ou criar uma «Organização do Atlântico Sul.»

Vamos a uma outra ordem de idéias. O Prof. Gilberto Osório chegou a tembrar que se na configuração do Espaço Tropical brasileiro se levasse em conta, apenas, enfoques mais restritos, como simplesmente a precipitação pluviométrica, todo o «polígono das secas nordestinas» estaria excluído, pois nele são insuficientes os recursos d'água e só por isso, como afirmou, se cairia em plena perplexidade neste Seminário, onde há compromissos com solicitações de caráter concretamente Regional Nordeste. Numa caracterização de Trópico, segundo aprendi, não pode faltar a consideração de efeitos de exposições e sub-exposições de correntes Oceânicas, e de vários fatores outros, configurados em combinações físicas, físico-biológicas, e de várias outras ordens. Teria isto algo a ver com aquelas condições de precipitação pluviométrica decorrentes da Amazônia, uma vez aqui evocadas, por Gilberto Osório, sob o nome de «vasto mar interior»?

Em que sentido, pensando na Região de que Recife é a Metrópole, estaríamos nós falando, aqui, de Ecologia Atlântico-tropical?

Esta alusão ao Atlântico estaria por acaso nos convidando a reflexos sobre a delimitação entre mares tropicais e temperados?

Aqui também foi abordado, como é difícil a caracterização do Trópico fora do Continental. Se nos Continentes já é difícil caracterizar o Trópico — porque há «vários trópicos» e há «regiões sub-tropicais» e «quase-tropicais»; quanto mais no Oceano?

Também foi Gilberto Osório quem lembrou, numa outra ocasião, ser tão grande a dispersão dimensional das propriedades físicas das águas Oceânicas que ainda se torna mais duvidoso, que no Continental, delimitar, com precisão, uma suposta «zona tropical marinha».

Estivesse eu certo de que o título da Palestra de hoje conteria a intenção de chegar a tais detalhes, no tratamento do que se entende por Tropicalidade Continental e Oceânica e creio que nem sequer me aproximaria da condição de Comentarior.

Se eu anteviesse no Tema, preocupações dessa ordem — de Tropicalidade Oceânica e de suas conseqüências, em confrontações entre a América do Sul e a África (onde apesar da coincidência de relevos há diferenças de climas) teria me recolhido à simples posição de espectador, no máximo predisposto a algum debate.

Quero ser sincero e leal. Estou deixando claro que o Tema me intimidou. Fiquei sem saber até que ponto teria de me embrenhar, mais ainda, na abordagem de conceitos ecológicos e geográficos bastante complexos.

Vou confessar também que pensei que talvez a menção de Atlântico tivesse aqui intenções mais simples,

Quem sabe se não se estaria pensando simplesmente em aludir à disponibilidade que tem Pernambuco (Recife) de um «plateau» continental utilizável para a pesca, com fundos de até duzentos metros, dado que estamos próximos do Mar dos Sargãos? (lembro-me que o Almirante Paulo Moreira da Silva, em Con-

ferência sobre Pesca, neste Seminário, mencionou que não temos, por aqui, as águas mais promissoras).

Restou-me também uma esperança: a de que se estivesse pensando em aludir às agressões do Atlântico ao nosso litoral, e, neste caso não mais propriamente ao nosso Recife, mas à nossa querida Olinda, uma de nossas cidades consideradas «um primor de paisagística, ao lado de Igarassú, Tracunhaem, Serinhaem», segundo palavras de um saudoso seminarista deste Seminário de Tropicologia — tipo Tanneenbaum, sustentado por Gilberto Freyre — refiro-me ao nosso falecido Abelardo Rodrigues.

Enfim, são mais considerações e indagações que deixo, pois o comentário seria mais ousado e até pecaminoso, caso ocorresse de improviso, ouvindo só o texto, como nesta ocasião teria de ser.

LIVROS